

O COTIDIANO DE JOVENS DE PERIFERIA FOCANDO NAS CATEGORIAS DE CLASSE SOCIAL E GÊNERO

Alessandro da Silva Guimarães¹

Hiran Pinel²

Este trabalho tem como objetivo refletir a rotina cotidiana de alguns jovens de classes populares inseridos no Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano no Município de Vitória/ES. Os dados que seguem são parte de minha pesquisa de mestrado em que procuro descrever e analisar as trajetórias de vida e os projetos de futuro desses mesmos jovens. Entre outras conclusões essa pesquisa nos permite perceber que as categorias de classe social e gênero são fundamentais para se compreender como são construídas as relações de sociabilidade e de inserção e deslocamento dos jovens nos diversos espaços sociais. Podemos afirmar, dessa maneira, que existe uma desigualdade que se origina tanto das questões de classe social quanto das questões de gênero e que delimita as ações e as relações de sociabilidades no cotidiano dos jovens de classes populares.

Palavras-chave: Jovens. Cotidiano. Gênero. Classe social

¹ Discente do curso de doutorado do programa de pós graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). E-mail: alessandro2210@gmail.com

² Docente programa de pós graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). E-mail: hiranpinel@ig.com.br

Para iniciarmos, é interessante notar que a questão da juventude tem emergido nas últimas décadas com crucial importância nos diversos espaços da sociedade, seja na mídia, seja no âmbito acadêmico, seja até no novo campo religioso que se configura em nosso país. De forma contraditória, o jovem aparece, por vezes, ora como símbolo de mudança e transformação da sociedade, ora como um problema social, ligado à delinquência, ao desemprego e a um futuro cada vez mais incerto que marca a situação social contemporânea. Uma coisa, porém, é certa: todo esse quadro que se constitui tem exigido dos formuladores de políticas públicas um olhar cada vez mais voltado para as necessidades e particularidades do universo juvenil. Com isso vários programas sociais têm se voltado para esse público. Um deles é o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que foi implantado no município de Vitória, no ano de 1999, e chegou a contar, alguns anos depois, com 24 grupos de jovens em diversas regiões das periferias do município, que atendiam a uma média de 25 jovens por grupo.

No caso de nossa escolha por esse Programa, ela é justificada por vários fatores. O principal deles é pelo fato de que se trata de um Programa social precursor para jovens tanto na própria Prefeitura de Vitória quanto nas demais Capitais brasileiras. O Programa se consolidou e se expandiu nas áreas urbanas e também no interior. Entendemos que é necessário compreender os impactos desse tipo de Programa na vida do público a que ele se destina, ou seja, jovens de classes populares que moram em áreas periféricas caracterizadas pela exclusão social e pela violência.

Neste trabalho, que segue uma perspectiva sociológica tanto em aspectos metodológicos quanto teórico-analíticos, buscaremos refletir a rotina de jovens de classes populares inseridos no Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Vitória, destacando a relevância das questões de classe social e gênero para compreender a construção de tais rotinas³.

O Projeto Agente Jovem⁴ é um programa de ação governamental que visa a atender jovens com idades entre 15 e 17 anos residentes em áreas periféricas, que têm em comum a carência material e a exclusão social da maior parte da população que vive

³ Os dados deste artigo se originaram de minha dissertação de mestrado em educação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-UFES), sob a orientação da prof^a Dr^a Luiza Mitiko Yshiguro Camacho, no dia 28 de agosto de 2009.

⁴ Os dados que analisaremos a seguir não são relativos apenas a grupo específico do Programa em questão tendo em vista que a pesquisa foi feita a partir de um estudo de caso que selecionou um grupo específico do Programa.

nesses lugares. O objetivo maior do projeto, proposto nos documentos oficiais, é buscar a inserção desses jovens no bairro, na escola, na família e na sociedade como um todo. O Programa é definido nos seguintes termos:

Iniciativa do Governo Federal desenvolvida em parceria com a Prefeitura de Vitória, o Agente Jovem oferece capacitação teórica e prática a adolescentes de 15 e 17 anos e 11 meses nas áreas de Cidadania, Meio Ambiente e Saúde. Por meio de atividades que não configuram trabalho, o jovem adquire conhecimentos que pode multiplicar em sua família e comunidade onde reside.

Trata-se, dessa forma, de promover um processo socioeducativo no qual esses agentes são preparados e capacitados por um corpo técnico-pedagógico (formado pelos orientadores, instrutores e técnicos do projeto) que deverá trabalhar junto a esses jovens – fornecendo materiais, desenvolvendo técnicas e metodologias específicas – com o objetivo de que eles atuem em suas comunidades realizando trabalhos de apoio a diversas áreas, como cultura, turismo, esporte, saúde e meio ambiente. De acordo com as próprias normas e diretrizes nacionais do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E AÇÃO SOCIAL, 2000), o projeto tem, como principais objetivos específicos:

- a) ajudar o jovem adolescente a compreender que é possível planejar e construir seu próprio futuro;
- b) estimular o papel de protagonista jovem;
- c) fornecer instrumentos conceituais que permitam ao jovem se transformar;
- d) preparar o jovem para atuar de modo cooperativo e para contribuir na transformação da própria sociedade onde está inserido;
- e) promover o resgate de vínculos familiares, comunitários e sociais;
- f) preparar o jovem para o mundo do trabalho;
- g) centralizar as ações com os jovens na família;
- h) contribuir para a melhoria dos indicadores sociais como decorrência da ação do agente jovem.

O Programa Agente Jovem procura atender a um perfil específico em relação a seu público-alvo, a saber, os jovens de classes populares residentes em áreas pobres da periferia estigmatizados pela violência e pelo tráfico de drogas. Alicerçado na ideia de que esses jovens se encontram em situação de “risco social”, o Programa Agente Jovem vem recebendo várias críticas de estudiosos do campo de políticas públicas para

juventudes, que o caracterizam como um programa de controle social em relação ao público que atendem.

Para compreendermos as relações estabelecidas pelos jovens no Programa procuramos mergulhar no cotidiano do Programa e, a partir dali, conhecer melhor tanto os jovens quanto o movimento cotidiano do próprio Programa. Afinal, tal como explica Camacho (2004), pesquisar o Programa Agente Jovem em práticas cotidianas é perceber também as duas dimensões que perpassam as práticas aí instauradas: por um lado, a dimensão prescritiva que coloca o Programa como uma instância educacional não formal, com regras e normas claramente definidas em suas normas e diretrizes e também no processo de planejamento que envolve os educadores e a equipe técnica e, por outro lado, o Programa em suas práticas cotidianas que são recriadas pelos jovens ali inseridos que trazem consigo suas trajetórias individuais e valores diversos, como explica Camacho (2004, p. 11) em sua análise:

O Projeto Agente Jovem apresentou duas dimensões que merecem destaque. De um lado há o Projeto enquanto uma instância educacional não institucionalizada não-convencional com suas regras e normas objetivando a formação do cidadão agente jovem. De outro lado, e simultaneamente, está o Projeto Agente Jovem sendo construído no cotidiano pelos diversos sujeitos com suas regras e normas próprias, com seus valores e desejos e com suas histórias e trajetórias. Ora prevalece uma dimensão, ora prevalece à outra. E em várias situações ocorrem tensões e movimentos de resistência.

No que concerne a categoria juventude, Numa metáfora que alude ao universo social, Pais (2008) fala do jogo de máscaras que caracteriza as ações sociais. Ao discutir sobre tais máscaras, segundo esse sociólogo, “[...] não há melhor representação do que aquela que é simulada com a maior das naturalidades” (PAIS, 2008, p. 7). Dessa forma, as máscaras representam nossos jogos sociais de simulação-dissimulação onde nosso “eu”, socialmente construído e reconstruído nos mais diversos cenários da vida cotidiana, recorre de forma frequente às habilidades da representação de modo a encenar, conforme proclama Goffman “[...] máscaras mais ou menos dissimuladas que garantam uma boa atuação nos relacionamentos cotidianos” (apud PAIS, 2008, p. 7). Na lógica implícita a esse raciocínio, portanto, um dos grandes desafios para a sociologia seria desmascarar as atuações cotidianas, buscando descobrir, decifrar o que elas mostram a partir do que elas ocultam, tendo em vista que:

Se a realidade nos aparece mascarada é sensato não desprezar suas máscaras, embora seja certo que elas, como os mitos, não podem explicar-se por si só, como nos ensinou Lévi-Strauss (1979). Para desvendar o que as máscaras ocultam é necessário decifrar os seus enigmas (Pais, 2003). De que forma? Pesquisando os usos que se fazem das máscaras. É esse o grande desafio que lanço, tomando como referenciais empíricos diferentes cenários de produção de atuação das máscaras, a começar pelos atos de nomeação que mascaram a realidade a partir do momento em que a nomeiam (PAIS, 2008, p. 7).

Partindo dessas premissas para o estudo das culturas juvenis, objeto empírico desse pesquisador lusitano, ele nos chama a atenção para que, munidos de um olhar científico apurado, possamos identificar e interpretar as máscaras que caracterizam os estilos juvenis para que, dessa forma, estejamos atentos às tramas de significados que esses costumes podem ocultar.

Para tanto, todavia, devemos estar alerta para o fato de que as próprias realidades, ao serem nomeadas, se tornam já, nesse processo, realidades mascaradas, pois “[...] os nomes atuam como máscaras das realidades nomeadas” (PAIS, 2008, p. 8). Com isso, o autor quer nos provocar a refletir que, por exemplo, quando falamos de juventude como uma realidade nominal, a tendência é anular as distinções que de fato encontramos entre os vários jovens e as várias juventudes em contextos empíricos. À sociologia caberia, portanto, desmascarar essa homogeneidade que é ilusória.

Para ilustrar esse raciocínio de forma mais clara, Pais (2008) recorre a uma citação de Nietzsche que nos lembra que “[...] todo conceito deriva de igualarmos o que é desigual” (NIETZSCHE, apud PAIS, 2008, p. 8). Assim, um jovem não é de fato igual a outro jovem e o conceito de jovem é uma mera abstração arbitrária de diferenças individuais. Essa abstração tem consequências diretas nas representações sobre as juventudes tendo em vista que ela “[...] dá origem à idéia de que, para além de jovens existirá ‘o jovem’ – suprema singularidade em que se filiariam todos os jovens, essencialismo de onde se desprenderia o conceito de juventude” (PAIS, 2008, p. 8).

E tudo isso tem gerado equívocos tanto nos espaços escolares, conforme Pais, assim como, em nosso entendimento, nos projetos sociais que trabalham com jovens. Esses espaços educativos, ou seja, tanto as escolas como os projetos sociais para jovens, que trabalham com o mesmo público, recorrem a uma concepção de jovem que é abstrata, esquecendo-se, nos dizeres de Pais (2008, p 8), “[...] da pessoa que existe no aluno”.

Essa concepção de “juventude”, portanto, deve ser pensada sempre assim entre aspas, visto que, por detrás de cada trajetória singular de cada um desses jovens, existem complexas redes de relações sociais que fazem deles sujeitos sociais, seres distintos em cada configuração social na qual estão em constante interação.⁵

Ademais, é importante destacarmos que Pais (1993) fala de duas correntes sociológicas que englobariam os estudos das juventudes: a corrente geracional e a corrente classista. Para a corrente geracional – tanto no quadro das teorias da socialização quanto no das teorias das gerações –, é importante destacar que as discontinuidades intergeracionais são a base da formação da juventude entendida como uma geração social. Por meio de Seda Nunes, Pais (1993) nos faz perceber que uma certa geração social se determina tendo outras gerações como autorreferência (não necessariamente para ser imitada ou servir de modelo). Para tanto, a corrente geracional afirma, ainda, que uma cultura juvenil se caracteriza pela oposição à cultura de outras gerações. Nas palavras de Pais (1993, p. 39), “Essa oposição poderá assumir diferentes tipos de discontinuidades intergeracionais, falando-se ora de socialização contínua ora de rupturas, conflitos ou crises intergeracionais”.

Denominamos socialização contínua quando, sem maiores atritos, os jovens são socializados segundo as normas e valores trazidos e transmitidos pelas gerações anteriores. As teorias imbricadas na socialização contínua, de acordo com Pais, foram dominantes durante a década de 50 do século XX, quando profissionais da área de saúde, como médicos e psicólogos, monopolizavam o discurso científico acerca dos jovens, caracterizando a juventude como um difícil período de maturação desses jovens até que eles pudessem, de fato, alcançar a vida adulta.

Por outro lado, pode-se falar de “[...] rupturas, conflitos ou crises intergeracionais quando as discontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confrontação” (PAIS, 1993, p. 39). Neste caso, Pais cita o exemplo de gerações políticas que se formam no âmbito de algumas crises ou processos políticos com certa amplitude. Isso se explicaria pelo próprio estado de disponibilidade e aprendizagem da vida social

⁵ Falamos de interação aqui em um sentido próximo ao que Bourdieu caracteriza *como modos operandi*, ou seja, do movimento da realidade social também como estruturas estruturantes, estruturas em ação, operando em cada gesto dos agentes sociais, fazendo das estruturas sociais um movimento que está sempre se perfazendo a partir dessas redes de relações nas quais nos constituímos como seres sociais.

em que se encontram esses jovens, o que propiciaria que eles vivessem esses processos de uma maneira bastante singular o que acarretaria, conseqüentemente, a formação de uma consciência geracional entre eles.

Dentre as muitas críticas possíveis que poderiam ser elaboradas em relação a esse tipo de abordagem, a mais relevante, segundo Pais, seria a de que ela vê a juventude como uma entidade homogênea, ignorando toda diversidade característica, quando tratamos de problemáticas sociológicas. Temos, assim, a prevalência de uma visão homogeneizadora do fenômeno da juventude, já que esta é vista como um conjunto de indivíduos que estão inseridos em uma dada fase da vida e produziram uma cultura juvenil. Todavia, uma análise mais detida revela que essa é uma tendência de caráter universalista e, por isso mesmo, reducionista.

Por outro lado, temos uma segunda tendência, caracterizada pela corrente classista, que tende a ver a juventude como um conjunto social com características diversas, constituído de diferentes culturas, e os mais variados grupos sociais que em sua gênese, são ligados, entre outros fatores, às diferenças de classe, às situações econômicas distintas e às diversas configurações de poder que emergem nas várias dimensões das relações sociais.

Enquanto, para a corrente geracional, a reprodução das relações sociais está ligada essencialmente às relações intergeracionais, ou seja, à inter-relação entre as diversas gerações, a corrente classista vê essa mesma relação como uma reprodução diretamente ligada às desigualdades reproduzidas pelo sistema de classes sociais. Nessa corrente, o processo de transição da passagem da juventude para a vida adulta é marcado pelas desigualdades sociais que se encontram, por exemplo, na divisão sexual do trabalho e, especialmente, nas dadas condições sociais que perfazem tal mudança.

As culturas juvenis, visualizadas a partir da perspectiva teórica classista, trariam sempre consigo um significado político. Ou seja, os rituais provenientes dessas culturas acabam, na maior parte das vezes, por manifestar a capacidade de resistência desses grupos em frente a situações de opressão, o que cria espaços sociais próprios.

Por outro lado, Tendo por princípio que vivemos numa sociedade desigual e hierarquizada, sobretudo pelas diferenças de classe, surge uma noção de fundamental importância para entender como se dá a questão do ser jovem nessa conjuntura: trata-se do conceito de moratória social, que é trabalhado por Margulis (1996, 2001). A moratória, segundo esse pensador, pode ser definida como um prazo socialmente prescrito para que os jovens possam gozar de um relativo período no qual usufruam de tempo livre e, ao mesmo tempo, se preparem melhor para assumir certas funções no mercado de trabalho. A moratória social refere-se, por conseguinte, a um tempo que é socialmente legitimado pelas famílias desses jovens, em especial, para que eles possam se dedicar aos estudos e, dessa forma, se capacitar para assumir futuros papéis sociais culturalmente valorizados. Como mostra Margulis, os jovens que detêm o capital social, geralmente jovens das classes médias e abastadas, têm a oportunidade de estudar por um período de tempo mais longo, postergando as obrigações da vida adulta.

Margulis reconhece, entretanto, que, além da moratória social, há que se considerar a existência de uma energia, um vigor e destemor por ele denominado de moratória vital, que surge da sensação dos jovens de distância da morte, das doenças e da velhice. Existe, assim, no jovem, uma sensação de invulnerabilidade, de segurança, pois, em sua representação “[...] la muerte está lejos, es inverosímil, pertenece al mundo de los otros, a las generaciones que preceden en el tiempo, que están antes para cumplir con esa deuda biológica” (MARGULIS, 1996, p. 20).

Essa moratória vital está relacionada, portanto, com um crédito na ordem natural do tempo, em seu sentido biológico, e se vincula ao aspecto energético do próprio corpo – que boa parte dos nossos jovens caracterizam, na linguagem coloquial, como “adrenalina”. Todavia, o lado negativo está nos riscos que esses jovens correm ao se exporem a situações perigosas e de excessos – em relação ao trânsito, às bebidas, às drogas ilícitas, etc. – que acabam muitas vezes os conduzindo a comportamentos autodestrutivos que são expressos, sobretudo, no número de jovens que morrem por envolvimento nos casos acima citados. É importante destacar, por fim, que essa moratória é comum a todos os jovens, independentemente da classe social. Dessa forma, os jovens das classes populares estão, também, contemplados com um tipo de moratória: a vital.

Por fim, a categoria gênero torna-se imprescindível nesse estudo tendo em vista que, como pudemos constatar, a construção de um circuito espacial na rotina desses jovens (ou seja, em que espaços eles circulam e estabelecem relações e assumem certas funções e papéis sociais) está intimamente ligada também a questões de gênero. Ao pensarmos na própria categoria “gênero”, entretanto, devemos ter em vista o lugar a partir do qual falamos e toda a complexidade analítica subjacente a essa categoria como expressão cultural, social e política. O próprio conceito de gênero, de acordo com Traverso-Yépez e Pinheiro (2005), transcende a mera questão anatômica para remeter-se a toda uma rede de significações que atribui diferentes significados social e culturalmente construídos para essas diferenças de ordem biológica. Homens e mulheres se distinguiriam, desse modo, não apenas por um corpo com uma anatomia e uma fisiologia distintas, mas por incorporarem diferentes papéis sociais que, por sua vez, são internalizados a partir de normas e valores que regem as expectativas de condutas e comportamentos para as mulheres nos vários ambientes e grupos sociais. A esse processo de incorporação dessa estrutura axiomática, Traverso-Yépez e Pinheiro (2005) denominam de “socialização de gênero” e consideram-no um processo de socialização permanente e, portanto, nunca acabado de forma definitiva. Segundo as pesquisadoras, “[...] as categorias de gênero são permanentemente reconstruídas pelas pessoas em suas interações e com elas os valores, papéis, atribuições e normas de interação entre os sexos” (TRAVERSO-YÉPEZ E PINHEIRO, 2005, p. 149).

Dito tudo isso vamos aos dados e as análises dos mesmos. Procuro analisar aqui um aspecto que procurei explorar, especialmente nos grupos focais, que foi a rotina que esses jovens seguem em seu cotidiano, indagando o que fazem no seu dia a dia. Alguns dados foram quantificados e apresentados em tabelas, para permitir uma melhor visualização, tendo em vista que eram dadas respostas bem objetivas e repetitivas. Eles mostraram claramente como os aspectos relativos à classe social e gênero estão presentes na rotina desses jovens, seja delimitando os espaços de lazer, em referência à classe social, seja definindo quem ocupará o espaço público da rua ou o espaço privado da casa, em referência às questões de gênero.

Lembramos, antes de qualquer coisa, que esses dados foram extraídos de perguntas abertas feitas durante os grupos focais com 13 jovens do grupo, quatro meninos e nove meninas. É importante perceber que esse número reflete o próprio percentual de gênero

do grupo como um todo, que contava com cinco meninos e doze meninas. Entretanto, se o número de jovens que responderam a essas perguntas era de 13 participantes, perceberemos que a somatória das respostas dadas nas tabelas ultrapassam esse número. Isso se deu porque foi colocada a possibilidade de os jovens enumerarem uma ou mais atividades do seu cotidiano. Dito isso, vamos à primeira tabela, que inclui a resposta de todos os participantes, na qual podemos observar o que os jovens fazem em seu dia-a-dia:

Tabela 01 - OS QUE OS JOVENS FAZEM NO SEU DIA-A-DIA:

(Respostas dos meninos e meninas)

Ajudar nas tarefas domésticas	06
Praticar esportes	06
Ver televisão	04
Sair para <i>boates, shoppings, shows / baile</i>	04
Dormir	04
Vai à igreja	03
Faz algum curso	03
Ficar na rua	03
Comer	03
Navegar na internet	03
Ouvir música	02
Cuidar do(a) filho(a)	02
Fazer alguma atividade remunerada	01
Ir à casa de amigos ou parentes	01
Ir à praia	01
Passear	01
Ler	01
Soltar pipa	01

Uma análise rápida de alguns dados coletados do grupo nos permite perceber alguns aspectos, como a delimitação nas atividades e espaços de lazer que os jovens têm à disposição, as responsabilidades domésticas por parte de alguns, o número reduzido de jovens que faz algum curso, etc. A escola, por ser uma atividade obrigatória para todos os jovens que estão no Programa, não foi tabelada, tendo em vista ser uma atividade

comum a todos que estão ali. Todavia, quando comparamos mais detidamente essas respostas, tendo em vista a diferenciação de gênero percebemos mais claramente algumas diferenças, como mostram as respostas separadas por gênero:

O QUE OS JOVENS COSTUMAM FAZER, SEGUNDO GÊNERO

Tabela 2 - JOVENS DO SEXO FEMININO: TOTAL DE 09 MENINAS QUE PARTICIPARAM DOS GRUPOS FOCAIS

Sair/ Ir ao <i>shopping</i> , <i>shows</i> , baile, <i>boates</i>	04
Ajudar nas tarefas domésticas	04
Ir à igreja	03
Fazer algum curso	03
Praticar esportes	03
Faz algum curso	03
Ouvir música	02
Cuidar do(a) filho(a)	02
Dormir	02
Comer	02
Acessar a <i>internet</i>	02
Ver televisão	01
Fazer algum tipo de atividade remunerada	01
Ficar na rua	01
ler	01

Tabela 3 - JOVENS DO SEXO MASCULINO: TOTAL DE 04 MENINOS QUE PARTICIPARAM DOS GRUPOS FOCAIS

Praticar esportes ⁶	03
Assistir à televisão	03
Arrumar casa	02
Ir para a rua	02
Dormir	02
Sair fim de semana	01
Acessar a <i>internet</i>	01
Ir à praia	01
Comer	01
Sair para casa de parentes	01

⁶ Os três jovens aqui citados afirmaram que frequentemente jogam futebol com os amigos.

Levando em conta o número desigual de meninos e meninas, a análise dos dados revela algumas tendências que distinguem as rotinas dos meninos e das meninas: enquanto as meninas apontam ajudar nas tarefas domésticas e ir à igreja como um dos principais afazeres, entre os meninos, praticar esportes e assistir à televisão são as atividades cotidianas mais citadas. No quesito ajudar nas tarefas domésticas, é interessante perceber que, entre os quatro jovens entrevistados, dois deles afirmaram, sem nenhum constrangimento, ajudar nas tarefas domésticas, como mostram as falas a seguir:

Durante o dia, eu fico mais em casa, eu assisto televisão, ajuda a minha mãe a arrumar a casa e, mais tarde, mas de noite assim, eu vou pra rua jogar bola com os amigos (HERMES, 15 anos).

Também jogo bola. De noite vou pra escola e, estudo e de tardezinha assim, eu fico assistindo televisão e ajudo minha mãe a arrumar casa também (HERÁCLITO, 17 anos).

Entretanto, como essas mesmas falas revelam, se, por um lado, esses jovens assumem também as tarefas do âmbito doméstico, eles abrem mão, por outro lado, de circular no espaço da rua. A própria prática de esportes, como o jogo de futebol que os meninos praticam com os amigos, pressupõe uma rede de socialibilidade que transcende ao espaço privado da casa. Nesse sentido, devemos notar que metade dos jovens entrevistados falam de “ir/ficar na rua” como parte de seu cotidiano, ao passo, que das nove meninas, somente uma cita isso como parte de seu cotidiano. Entre elas, também existe a prática de esportes, embora pareça não ser tão comum como entre os meninos. Isso parece revelar que tanto a moratória social quanto a moratória vital é diferentemente distribuída não somente por critérios de classe social, mas também a partir de critérios de gênero, porque as respostas das meninas nos levam a concluir que existe uma tendência maior de elas assumirem maiores responsabilidades do mundo adulto, se comparadas com os meninos: elas estariam se preparando mais para o mercado de trabalho (três delas revelam fazer cursos enquanto nenhum dos meninos faz algum curso), elas assumem a própria religião como uma atividade cotidiana muito séria (três delas citam aqui ir à igreja como uma tarefa rotineira), como percebemos também em suas falas nos grupos focais. Além disso, as duas jovens mães que participaram dos grupos focais citam cuidar de seus filhos como sua principal atividade cotidiana. Duas

outras tabelas ainda nos ajudaram a complementar essas conclusões. Essas tabelas também estão separadas por gênero. Perguntei mais diretamente sobre o lazer na vida desses jovens. Assim, indagados sobre as coisas que mais gostavam de fazer nos momentos de lazer tivemos os seguintes dados:

NOS MOMENTOS DE LAZER QUAL (OU QUAIS) É (OU SÃO) A(S) ATIVIDADES(S) QUE VOCÊS MAIS GOSTAM DE FAZER?

TABELA 04 - REFERENTE ÀS RESPOSTAS DAS MENINAS

Sair	05
Comer	04
Dormir	03
Praticar esportes	02
Namorar	02
Ver televisão	01
Ouvir música	01
Ler	01
Dançar	01

TABELA 05 - REFERENTE ÀS RESPOSTAS DOS MENINOS:

Praticar esportes	04
Sair	02

Podemos perceber, nas respostas dadas, uma lógica que perpassou não somente as entrevistas, mas toda a dinâmica do grupo, como falamos algumas vezes: os meninos, mais calados, tendem a dar respostas curtas e objetivas enquanto as meninas procuram falar de forma mais detalhada e minuciosa. Podemos ver isso nas Tabelas 4 e 5. Na Tabela 5, temos a ratificação de um dado da Tabela 3: os meninos têm, na prática de

esportes, um espaço de lazer característico já que, desta vez, todos eles colocam a prática de esportes como momento preferido. Podemos pensar que a prática cotidiana de esportes, além da exigência de tempo livre, também está relacionada com a própria moratória vital, uma vez que valoriza o vigor físico e a vitalidade no sentido biológico. Por isso podemos pensar, como afirmei, na distribuição desigual até mesmo dessa moratória entre os gêneros. Por outro lado, dois aspectos muito citados pelas meninas na Tabela 4 chamam a atenção: comer e dormir. Será que duas atividades biológicas tão básicas não estariam sendo citadas aqui pelas meninas exatamente pelo fato de elas assumirem responsabilidades maiores do que os meninos e, em contrapartida, ressignificarem atividades que, para os meninos, seriam tão naturais (comer e dormir)? Na verdade, essas repostas nos fornecem pistas para pensarmos a própria desigualdade de gênero. Pistas que podem estar por detrás de respostas aparentemente tão banais. Para fecharmos este subcapítulo, chamo a atenção para um aspecto que parece estar presente em todos esses dados: o quanto o lazer desses jovens é limitado tanto nas atividades que eles fazem quanto nos espaços que frequentam.

Levando em conta o quantitativo geral dos jovens, são muito poucos os que responderam frequentar espaços de lazer comum aos outros jovens, como *shows*, *boates*, praias e *shoppings*. Essa diferença parece ser ainda mais acentuada, segundo indicam os dados, entre os meninos. Apesar de frequentarem o espaço do bairro, os meninos parecem ficar extremamente fechados àquele espaço: somente um deles citou ir à praia com um de seus momentos de lazer. Para fins de análise, devemos perceber que o fechamento ao espaço do bairro no qual residem, comum à maioria dos jovens do grupo, está muito ligado à própria exclusão deles em termos de gozarem, de fato, de uma moratória social: como eles não têm recursos financeiros para frequentar outros ambientes e ter acesso a possibilidades variadas de lazer, parece que ficar confinados àquele espaço sugere ser uma consequência disso.

Por outro lado, a bolsa recebida pelos jovens parece não resolver o problema, pois, além de ser um valor muito pequeno, pelo que percebemos nas falas dos jovens, boa parte deles usam a bolsa para ajudar à própria família no orçamento doméstico, restando muito pouco para o lazer. Inclusive, quando questionados, durante o grupo focal, sobre o que faziam com o dinheiro da bolsa, valor que recebiam mensalmente, a maioria dos jovens citou que o usavam para suprir necessidades básicas, como comprar roupas,

calçados ou passe escolar, além de ajudar, de alguma forma, no orçamento doméstico. Alguns jovens citaram que usam esse dinheiro para sair de vez em quando. Para finalizar, um fato curioso aqui foi que, quando esse dinheiro não era usado para suprir necessidades mais elementares, alguns jovens afirmaram que também compravam “besteiras” com ele. Isso aponta que as necessidades básicas podem ser tão urgentes para eles que as outras coisas, que, inclusive, poderiam estar relacionadas com a própria manutenção do *status quo* juvenil (como acessórios, CDs, aparelhos eletrônicos, etc.) seriam rotuladas de besteiras, até mesmo para tentar amenizar de algum modo a não possibilidade de usufruir muitos desses objetos que também são signos juvenis.

Traçando já algumas considerações finais, podemos perceber de forma clara nos dados apresentados o quanto a constituição de uma lógica espacial na vida cotidiana desses jovens está atrelada a questões de gênero e de classe social que constituem espaços e fronteiras que determinarão, por conseguinte, onde eles podem – e devem estar. É interessante perceber, portanto, a própria condição de classe, vivenciada por todos, que estreita demasiadamente as relações de sociabilidade dos jovens ao espaço onde residem, mostrando assim, que eles demonstram, em rotina, não terem acesso a outros espaços da cidade, nem mesmo em momentos de lazer. As meninas, por sua vez, nos narram o quanto o espaço doméstico – juntamente com as tarefas domésticas - é um espaço marcante em suas vidas. Embora alguns meninos por vezes citem as obrigações domésticas como algo cotidiano o espaço dos jogos, do lúdico, sempre aparece nas falas diferentemente das meninas. Torna-se, desse modo, um grande desafio para todos os pesquisadores cidades e das relações de poder aí estabelecidas analisar cuidadosamente os lugares de poder estabelecidos no espaço das cidades a partir de categorias como classe social e gênero.

REFERÊNCIAS

CAMACHO, L. M. Y. **Projeto Agente Jovem**: ação, programa ou política pública de juventude? 27º encontro da ANPED, GT movimentos sociais e educação, Caxambu, MG, 2004.

MARGULIS, M. Juventud: una aproximacion conceptual. In: BURAK, S. D. (Comp.). **Adolescência e juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitário Regional, 2001.

MARGULIS, M; URRESTI, M. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano**. Brasília, 2000.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

_____. Máscaras, jovens e “escola do diabo”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha A.; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. **Revista de Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 147-162, abr. 2006. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 14 jan. 2009.